

**DIÁLOGOS SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR: A EXPERIÊNCIA DO
INTERCÂMBIO ENTRE BRASILEIROS E ARGENTINOS NA
UNIVERSIDADE NACIONAL DE QUILMES**

Carolina Mariane Miguel; Uninove

carolmmiguel@terra.com.br

Francisca E. S. Severino

Uninove; franciscaess@uninove.br

RESUMO

Este relato de experiência pretende socializar a experiência do intercâmbio entre Círculos de Cultura organizados pelos Profs. Dr. Adriano Nogueira (Uninove), o Programa de Educação Popular da Universidade Nacional de Quilmes coordenado pelo o Prof. Dr. Daniel Carceglia. No âmbito do “Encuentro argentino-brasileño de Educacion y cultura popular”, realizado sob a inspiração freiriana discutiram-se as várias ações do Grupo argentino e os projetos em desenvolvimento no Programa de Mestrado Profissional da Uninove Brasil, entre estes a minha pesquisa que se denomina “As práticas de leitura e escrita na Educação Infantil: entre a negação e a escolarização”. Este intercâmbio em Educação já seria por si só enriquecedor, considerando indicadores socioculturais comuns, bem como, outros bastante diferentes. Na ocasião destacou-se a polêmica sobre a alfabetização na Educação Infantil, já que esta é a fase da brincadeira, sendo aceito o trabalho com a leitura, mas nem sempre com a escrita e a produção de textos. Destaco que, considerando a psicogênese da língua escrita, fundamentando em Emília Ferreiro, a criança já se interessa pela escrita desde pequena. Aos 4, 5 anos possui várias hipóteses de como se lê e escreve. A escola pública, ao negar estes estudos, dificulta o desenvolvimento da criança e reforça a desigualdade social. As discussões reafirmaram a relevância da pesquisa e evidenciaram que a mesma situação ocorre na Argentina, onde o grupo tem trabalhado para promover uma alfabetização popular construtivista, fato que pude constatar ao ver a escola do bairro em que atuam os integrantes do grupo. Observamos dificuldades estruturais e

educadoras da comunidade sem formação acadêmica, porém com a atuação formadora do grupo da UNQ foi possível perceber alfabeto na sala, crachás com nomes, livros divididos por gêneros nas estantes, bem como fantasias, brinquedos e fantoches, interagindo e mostrando como a alfabetização tem potencial lúdico e significativo para a criança, assim como proponho na pesquisa. As referências conceituais foram dadas por FERREIRO (2007); FREIRE, P.(1993); FREIRE, P e MACEDO, D. (2011).

Palavras Chave: Educação popular, alfabetização e educação infantil.

INTRODUÇÃO

A experiência relatada trata-se de um intercâmbio entre estudantes do Brasil e da Argentina. O grupo argentino faz parte do Programa Universitário de Educação Popular e formação profissional da Universidade Nacional de Quilmes (UNQ), coordenado pelo Prof. Dr. Daniel Carceglia. Do Brasil, participaram 4 estudantes do Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) com o Prof. Dr. Adriano Nogueira. Ambos os grupos partem da teoria freiriana para embasar sua práxis em prol de uma educação de qualidade.

O intercâmbio teve como objetivo aprofundar reflexões e socializar as práticas desenvolvidas nos países da América Latina, principalmente práticas ligadas à educação popular, com todos os seus desafios: as políticas públicas, a inclusão socioeducativa, a escolarização de crianças e jovens em vulnerabilidade social, a necessidade de mudança das práticas pedagógicas devido as transformações culturais, entre outros assuntos que se mostrassem importantes na busca de práticas pedagógicas emancipatórias.

Inicialmente foram apresentadas as experiências dos 4 estudantes do Brasil. Alexandre Romeiro apresentou sua pesquisa sobre as práticas pedagógicas do palhaço, trazendo as contribuições da construção do palhaço para as práticas pedagógicas.

Denise Caprecci propõe o uso da linguagem cinematográfica como estratégia pedagógica para o ensino da Língua Portuguesa nas turmas de Ensino Médio. Os alunos preparam desde o roteiro, até a filmagem e a produção final, envolvendo-se com o processo numa aprendizagem significativa.

Janaína Melques Fernandes pesquisa sobre o espaço do recreio enquanto currículo escolar, destacando as relações de poder que se estabelecem neste momento diário da vida escolar das crianças.

Carolina Mariane Miguel apresenta a pesquisa sobre as práticas de leitura e escrita que estão sendo propostas na Educação Infantil da escola pública, destacando duas polêmicas, a primeira refere-se a alfabetização em contraposição ao brincar, enquanto argumentamos que a própria alfabetização pode ser lúdica e um grande interesse das crianças na faixa etária de 4, 5 anos. Outra polêmica refere-se às diferenças de práticas que se observa nas escolas públicas e privadas, promovendo a escola dual, desde o início da escolarização.

Ao trazer os argumentos da pesquisa pode-se observar, compreender e analisar que práticas os professores tem levado à sala de aula, busca auxiliar na compreensão destas polêmicas e sugerir caminhos que atendam à infância e promovam a aprendizagem e desenvolvimento pleno das crianças.

A tentativa de reduzir a professora à condição de tia é uma “inocente” armadilha ideológica em que, tentando-se dar a ilusão de adocicar a vida da professora o que se tenta é amaciar a sua capacidade de luta ou entretê-la no exercício de tarefas fundamentais. Entre elas, por exemplo, a de desafiar seus alunos, desde a mais tenra e adequada idade, através de jogos, de histórias, de leituras para compreender a necessidade da coerência entre discurso e prática; um discurso sobre a defesa dos fracos, dos pobres, dos descamisados e a prática em favor dos camisas e contra os descamisados, um discurso que nega a existência de classes sociais, seus conflitos, e a prática política em favor exatamente dos poderosos. (FREIRE 1993, p. 25)

No nosso entendimento, o tema explicita a contradição entre a afirmação dos argumentos favoráveis à alfabetização na idade certa e sua negação veiculada pelo respeito à infância nas suas especificidades e necessidade de liberdade.

A citação acima explicita a contradição na qual os profissionais da educação estão mergulhados desde o início da escola regular no Brasil. De fato, a sensibilidade de Freire nos insere no âmago do problema que impacta a todos aqueles que refletem sobre um sistema educacional com acentuada característica assistencialista que dissimula a desigualdade social própria de um sistema dual de educação praticado em todo o país e apoiado por artimanhas ideológicas que impregnam tanto a educação infantil, quanto a formação de professores; problema que é o objeto da dissertação em andamento.

Considerando que as escolas particulares atendem prioritariamente as elites, alfabetizando as crianças cada vez mais cedo, com o que reafirmam as diferenças, mesmo que às custas da escolarização, trazendo para a fase da Educação Infantil práticas do Ensino Fundamental, antecipando um amadurecimento intelectual que reverte no desenvolvimento mais ágil da aprendizagem; assim, mesmo que negligenciando as características de uma infância saudável, as elites aferem resultados gratificantes para a manutenção do status quo.

Por outro lado, temos nas escolas públicas uma apologia romantizada e descontextualizada da liberdade da infância e do direito de brincar. Tal apologia desconhece as novas relações espaço-temporais decorrentes das mudanças estruturais, como já dizia FREIRE (1994, p. 19) “...o processo de alfabetização tem, no alfabetizando, o seu sujeito” e certamente temos hoje crianças que convivem intensamente com a leitura e a escrita, apresentam uma leitura de mundo cada vez mais complexa, trazendo todos estes elementos para a vida escolar. Desconsideram também as conquistas político-pedagógicas advindas das mudanças na Constituição Federal de 1988 que estão afetando significativamente a área educacional.

Desse modo, reforçam não apenas a formação profissional deficiente do professor mas também o sistema dual de uma escola para ricos e uma escola para pobres. FREIRE (1994, p. 23 e 32) coloca o quanto todo ato educativo é político, destacando a importância de sabermos a favor de quem e do quê estamos fazendo educação e ainda sob a visão elitista e reacionária de que o povo não é capaz de pensar, abstrair, conhecer, criar.

É preciso rever a educação infantil, pois tendo um bom desenvolvimento cognitivo neste processo de alfabetização que ali se inicia, com um professor que invista na aprendizagem da criança da escola pública, teremos alunos que se apropriam do sistema alfabético de escrita, que participam de situações de leitura e de escrita, que sabem ler e escrever textos com autonomia no Ensino Fundamental, apresentando uma maior facilidade para dar continuidade ao seu processo de alfabetização conquistando sua emancipação, afinal os desafios são grandes. FREIRE e MACEDO (2011, p.79) colocam que “Por um lado, os alunos devem alfabetizar-se quanto às próprias histórias, devem também apropriar-se dos códigos e culturas das esferas dominantes, de modo que possam transcender a seu próprio meio.”

Os indicadores sociais reunidos pela pesquisa através do levantamento, análise e discussão das práticas de leitura e escrita que os professores têm planejado para os alunos da Educação Infantil, indicam alguns desafios para o trabalho pedagógico com crianças bem como para a formação de professores para trabalhar em creches e pré-escolas. Constata-se que houve, de fato, avanços com “a efetivação do Ensino Fundamental de nove anos com a inclusão das crianças de seis anos nessa etapa da Escola Básica pela Emenda Constitucional nº 53/06 e a obrigatoriedade de matrícula de crianças de quatro e cinco anos na Educação Infantil, definida pela Emenda Constitucional nº 59/09” (OLIVEIRA, 2010, p.19).

Há que se reconhecer o avanço, na maioria das regiões do país com a ampliação de matrículas em creches e pré-escolas, retirando-as da área da assistência social com a sua integração nos sistemas de ensino do país. Todavia a qualidade do currículo vem sendo negligenciada, quando se trata não apenas de sanar as desigualdades sociais que são reafirmadas pela conservação do sistema dual de ensino, mas também da formação do professor para atuar com esta importante faixa etária. Há que se levantar com os professores a importância da ação política que se encontra em toda ação pedagógica, conforme colocam GADOTTI, FREIRE e GUIMARÃES (1989, p.25). É preciso considerar que o direito da criança à educação não se desvincula da qualidade do trabalho do professor e tem sido relegada ao campo da sua experiência cotidiana, sua criatividade seus saberes e fazeres junto às crianças, o que nem sempre garante a qualidade pedagógica necessária à construção do conhecimento quando se trata da leitura e da escrita.

Todos concordam que as crianças precisam entrar em contato com a leitura e a escrita, mas o despreparo para compreender a qualidade das conquistas democráticas instauradas pelo Plano Nacional de Educação 2011/2020, o despreparo da categoria para a compreensão de uma política educacional de qualidade democrática e investimento coletivo para lidar com o novo, coloca o risco eminente de uma escolarização desnecessária, de baixa qualidade e não esperada pelas políticas educacionais. A formação dos professores, seja inicial ou continuada não contempla as questões aqui destacadas para a reflexão da prática pedagógica, portanto, os professores têm “preparado” os alunos para a alfabetização ou não proporcionado situações em que os alunos possam construir conhecimentos acerca da leitura e escrita, revelando que há muito a se fazer neste campo da produção do conhecimento escolar.

A Lei 12.796/2013, ao universalizar o acesso à escola a partir dos 4 anos, pode

gerar os mesmos mal entendidos que ocorreram ao incorporar os alunos de 6 anos no Ensino Fundamental, escolarizando as práticas. Neste sentido, é urgente realizar pesquisas que indiquem novos caminhos para a alfabetização, uma vez que ela não sendo bem compreendida e praticada, exercerá uma influência empobrecedora neste processo, tão importante e rico tanto para o aluno quanto para o professor. Desse modo, pode-se reverter a lei em benefício também para os oprimidos.

As propostas de alfabetização construtivistas de FERREIRO (2007) trazem uma visão de alfabetização processual, sem separar alfabetização de letramento, considerando que estes processos na Educação Infantil podem e devem acontecer juntos, sem dicotimizá-los. As crianças estão frequentando a escola cada vez mais cedo e a partir do momento que a pessoa tem acesso à língua escrita, ela já está se alfabetizando. Claro que este processo não acontece somente na escola, mas não podemos negar que ela é uma instituição formal, portanto precisa haver intencionalidade pedagógica e análise crítica em todas as ações propostas. FREIRE (1994, p. 36) esclarece a importância de estarmos sempre revendo a alfabetização através da práxis. “É por isso que penso e re-penso o processo de alfabetização como quem está sempre diante de uma novidade, ... penso e re-penso a prática em que me envolvo.”

Entendemos que a tarefa urgente é repensar a formação profissional de todos os que trabalham com crianças de 0 a 5 anos, o problema que orienta a pesquisa é o fato de alguns professores inserirem práticas de leitura e escrita em seus planejamentos escolares, baseados apenas em sua intuição ou em estudos sobre alfabetização voltados ao Ensino Fundamental, sem a devida compreensão do real significado político da questão da desigualdade social, observada no sistema dual de ensino no país. Deixá-los à deriva negando esta realidade é fazer com que permaneçam atuando à margem da formalidade, sem lugar para reflexão e qualificação da prática, justamente para quem mais precisa, já que a escola pública lida com as crianças mais vulneráveis socialmente.

Trabalhar com este caráter espontaneísta é irresponsável, como diz FREIRE (1994, p. 25), destacando que “A opção realmente libertadora nem se realiza através de uma prática manipuladora nem tampouco por meio de uma prática espontaneísta.” Entendemos que, entre a negação e a escolarização, há um longo caminho, que pode ser percorrido mediante a valorização dos saberes das crianças, com um professor que seja mediador de seu processo de aprendizagem, construindo sua prática coletivamente na

escola e com apoio necessário de políticas de formação que contribuam para sua prática.

GADOTTI, FREIRE e GUIMARÃES (1989, p.9), colocam a importância da pesquisa neste processo “...numa busca de novos enfoques que permitam converter a pesquisa numa arma para a ação social e a transformação da realidade.” Ao trazer esta discussão à luz das práticas e teorias podemos construir um caminho de emancipação, de justiça social e de igualdade, que considere a infância e os processos de aprendizagem, numa idade em que se constróem conhecimentos de base, que podem auxiliar a criança em todo o seu percurso escolar.

Para analisar esta questão, a pesquisa realiza uma análise qualitativa de dados coletados em uma escola de Educação Infantil de Santo André, com professores que atuam em turmas de alunos de 4 e 5 anos. Está sendo feito um mapeamento das práticas de leitura e escrita de dados contidos no PPP da escola, bem como no planejamento dos professores, que revelam o que tem sido pauta de discussão na escola a respeito do tema, além de se observar outros indicadores da realidade escolar. Buscar-se-á dados da equipe gestora e dos próprios professores mediante entrevistas parcialmente estruturadas, Rodas de Conversas, entre outros, que possam ajudar no esclarecimento das questões relativas à problemática em pauta.

Conhecendo os trabalhos comunitários em Quilmes

Na continuidade do intercâmbio fomos conhecer um trabalho realizado pelo grupo argentino na Ribeira de Bernal, um bairro que sofre com as enchentes do rio de La Plata e falta de estrutura dos serviços públicos.

Logo na entrada do bairro fomos recebidos no Centro Comunitário por moradores que participam do programa da universidade. Estes nos apresentaram o bairro e os trabalhos realizados ali, muitos relacionados à alfabetização. Rememorando a proposta freiriana de valorização das pessoas e de sua cultura observamos que os próprios moradores nos apresentaram o bairro e contaram de suas dificuldades e conquistas com a participação do grupo da universidade. Comentaram sobre como se sentem valorizados participando ativamente das atividades, sendo tratados como iguais

pelo grupo de educação popular e a importância do conhecimento que trazem para a comunidade.

Tivemos um segundo momento na UNQ de apresentação e discussão das pesquisas quando participamos de uma aula eletiva da graduação, onde o principal tema para reflexão também foi o da Educação Popular. Como é uma disciplina eletiva, estudantes de várias áreas compõem este grupo, o que enriquece a aula e diversifica seus currículos. Foi organizado um Círculo de Cultura, com perguntas, comentários e trocas sobre questões pertinentes às questões dos dois países. Denise Caprecci exibiu um vídeo montado com as fotos da visita à Riberia de Bernal, colocando suas impressões.

Visitamos também a Villa Itatí, onde conhecemos escolas de Educação Infantil. Em pequenas casas, são atendidas por moradoras do bairro - chamadas de “mães educadoras” - as crianças pequenas, enquanto suas famílias estão trabalhando. As escolas têm pouca estrutura, poucos brinquedos e livros, já com bastante uso, porém tudo é cuidadosamente organizado a partir de uma concepção construtivista. Utilizam como estratégias pedagógicas as listas de nomes, trabalhos expostos, alfabetos baixos e somente com a letra bastão, biblioteca dividida por gênero, fantasias e fantoches para contar e criar histórias, além do calendário, cartaz de aniversariantes e do projeto desenvolvido sobre discriminação.

A orientação da universidade nesta organização fica nítida e a formação com as educadoras prevê a diplomação, o que é um grande passo para a profissionalização da educadoras de Educação Infantil da Argentina. Há também um grupo sendo formado para Promotores Socioambientais. Nesta visita fomos acompanhados pelo palhaço Romão, Alexandre Romero, e a palhaça Sureca, papel feminino desempenhado por nossa colega Janaína Melques, que fizeram sucesso entre as crianças e adultos.

Em continuidade, conhecemos o trabalho desenvolvido em Florência de Varela. Com melhores condições estruturais e econômicas, o Centro Comunitário do bairro conta com a formação e acompanhamentos do grupo de Educação Popular da UNQ para desenvolver trabalhos com grupos de reforço escolar, alfabetização de adultos e adolescentes dependentes químicos. Cada 3 ou 4 voluntários, em sua maioria mulheres, contaram um pouco do que fazem com seus grupos, dos resultados que têm tido e das mudanças em suas próprias vidas.

Ao terminar os debates e as visitas retornamos à universidade para realizar um balanço e uma síntese sobre o que pudemos aproveitar, como percebemos e o que tínhamos de consideração sobre o intercâmbio, ficando a certeza de que mais do que uma troca de experiência, aqueles momentos foram de experiência, como esclarece LARROSSA (2001) “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca.”. Muitas coisas acontecem ao longo da vida ou do dia, mas só é experiência verdadeira o que nos toca, nos transforma, nos modifica. Foi assim em Quilmes, cada momento teve maior ou menor relevância, conforme o interesse de trabalho e de pesquisa de cada um, mas muito intenso para todos que participaram.

Ainda em tempo, há uma rádio da universidade com um Programa chamado Voto Latino, dirigido por Gustavo Aráoz e Nahuel Ferrer, ambos integrantes do grupo de Educação Popular, que nos convidou para contar sobre a pesquisa após uma entrevista com os professores que organizaram o intercâmbio: Carceglia e Nogueira.

Finalizaremos com a frase de uma aluna do Círculo de Cultura do Paulo Freire: “Gosto de discutir sobre isto (...) porque vivo assim. Enquanto vivo, porém, não vejo. Agora, sim, observo como vivo” FREIRE (1967,p. 148). Numa avaliação final percebemos que ao discutir, argumentar e questionar a prática em grupos tão variados, conquistamos um olhar muito mais crítico sobre nossas pesquisas em andamento, enriquecendo e valorizando nossa práxis, principalmente para pesquisas que discutem a prática. Considerando que estamos no mestrado Profissional esta experiência foi realmente válida para esclarecer possíveis caminhos para o planejamento de intervenções dinâmicas no sentido de contribuir cada vez mais para a qualidade na educação que nos propomos a fazer.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Presidência da Republica. *Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm. Acesso em 15 out.2013.

FERREIRO, E. **Com todas as letras**. Trad. Maria Zilda de Cunha Lopes, retradução e cotejo de textos por Sandra Trabucco Valenzuela. 12ª edição. Porto Alegre: Cortez, 2007.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 29 ed. São paulo: Cortez, 1994. Coleção questões da nossa época, vol. 13.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Professora SIM tia NÃO: Cartas a quem ousa ensinar**. Sao Paulo: Olho Dágua, 1993.

FREIRE, P e MACEDO, D. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. Trad. Lólio L. de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, M; FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Pedagogia: diálogo e conflito**. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1989

LARROSSA, J. B. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. São paulo, 2001
Em: <<http://www.miniweb.com.br/atualidade/info/textos/saber.htm>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2015.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Col. Docência em Formação. Série Educação Infantil).